

Criminalidade e Violência no Brasil: a segurança pública como propulsora do estado de normalidade

Crime and Violence in Brazil: public safety as a propeller of the state of normality

Junior, Givanildo Aparecido Lucio¹

Moura, Eduardo Nascimento de²

RESUMO

O presente artigo expõe sobre o nível de criminalidade e violência em que o Brasil tem se colocado. Nota-se, que, existem elementos que tendem a ocasionar o aumento do número de crimes ocorridos no país. A polícia como garantidora da segurança pública tem buscado trazer proteção à sociedade, bem como melhor qualidade de vida, visto que a população brasileira tem estado insegura com a atual situação do país em relação ao número de criminosos, que muitas vezes não tem nem mesmo pago as devidas sanções pelos delitos cometidos.

Palavras-chave: Segurança Pública. Criminalidade. Polícia Militar. Redução da Violência.

ABSTRACT

This article discusses the level of crime and violence in Brazil. It is noted that, there are elements that tend to cause the increase in the number of crimes occurred in the country. Police as a guarantor of public safety have sought to bring protection to society as well as a better quality of life, since the Brazilian population has been insecure with the current situation of the country in relation to the number of criminals, who often do not even have to pay appropriate penalties for crimes committed.

Key words: Public Safety. Criminality. Military Police. Violence Reduction.

¹ Aluno do Curso de Formação do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM, e-mail: givanildo_jr@hotmail.com, Goiânia-GO, Junho de 2018.

² Professor Orientador do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM, e-mail: eduardomoura76@gmail.com, Goiânia-GO, Junho de 2018.

1 Introdução

O presente artigo tem a finalidade de dispor sobre os altos índices de criminalidade e violência que a sociedade brasileira tem enfrentado. Infelizmente os próprios residentes tem se tornado vítima de outros que desafiam o ordenamento jurídico brasileiro. A criminalidade e a violência no Brasil têm dado espaço para situações de difícil contenção, levando-se em consideração que em alguns casos acaba-se por perder o controle das circunstâncias.

A segurança pública oferecida pela polícia, assim como previsto na Constituição Federal em seu artigo 144, tem necessitado de colaborações governamentais que não têm sido efetivadas. O país enfrenta um momento de crise que prejudica e faz crescer o número de crimes que acontecem no dia a dia, pois as diferenças sociais se tornam cada vez maiores.

Ocorre que, existem fatores sociais que influenciam a criminalidade no país. Por isso, a importância do assunto está delimitada diante do impacto social que tem causado a violência indiscriminada, pois a população não detém do bem-estar do qual tem direito, vivendo mais presa que os próprios criminosos. O medo tem tomado conta da população, pois assaltantes e homicidas encontram a cada dia fatores variados como motivação para realização de crimes.

Destaca-se ainda que a criminalidade e a violência desde o ano de 2000 tem sido uma preocupação inclusive para a OMS – Organização Mundial da Saúde, visto que a violência é apontada como uma das maiores causas de homicídio no país, pois a vulnerabilidade social afasta alguns cidadãos dos demais.

Busca-se, dessa forma, entender até que ponto pode a polícia auxiliar na redução da criminalidade, tanto em sentido repressivo, como preventivo, explicando ainda o que é a segurança pública e qual a necessidade de se tê-la concretizada em meio à população.

A Polícia Militar tem trazido um novo meio de interação da população com a sociedade. O curso de formação de policiais militares tem sido realizado nos parques e praças de Goiânia-Goiás. Essa nova estratégia traz além da interação dos residentes com o trabalho da polícia, uma segurança diferenciada para as ruas. Técnicas como esta, são melhores explicadas no transcorrer do artigo, mostrando a importância de métodos inteligentes para a diminuição da criminalidade e violência nas ruas.

Nestes termos, são analisados também os mais variados fatores que influenciam de algum modo a criminalidade, sejam eles sociais e/ou econômicos, realizando-se uma comparação da violência que perdurava nos tempos passados até os dias atuais, analisando os problemas sociais cuidadosamente para assim, encontrar os mais adequados meios de solução e consequente redução da criminalidade e da violência no país.

O presente trabalho tende a se desenvolver por meio de pesquisa qualitativa com embasamento em posicionamentos de autores renomados que estabelecem conceitos e delimitações ao tema em questão. Utiliza-se ainda, o método dedutivo, realizando-se comparações entre as opiniões expostas de doutrinadores.

O objetivo geral do presente artigo é analisar os índices de criminalidade e violência no Brasil, delimitando a importância da garantia da segurança pública oferecida pela polícia à sociedade. Já em termos de objetivos específicos têm-se: estudar os diversificados fatores que propagam a criminalidade no país; entender o que é a segurança pública e como esta tem sido oferecida à população; compreender a importância do trabalho da polícia na redução da criminalidade e da violência.

Face ao exposto, de que modo pode a polícia auxiliar na diminuição da violência e da criminalidade existente no país?

2 Revisão Literária

2.1 Criminalidade X Segurança Pública

A partir da observação da realidade brasileira sabe-se que a criminalidade e a violência têm se propagado a cada dia. Com dados anteriormente verificados é possível perceber que a redução da criminalidade tem sido motivo de preocupação para todos aqueles que trabalham em prol de um país que oferece aos seus residentes segurança e qualidade de vida.

No ano de 2000, por exemplo, a OMS – Organização Mundial da Saúde destacou a violência como um dos focos de problemas de saúde pública por toda parte do mundo. No mesmo ano, destacou-se o número de aproximadamente 850 (oitocentos e cinquenta mil) suicídios na taxa anual de pesquisas. Tratava-se de uma situação realmente preocupante e ao mesmo tempo complexa. Entendia-se, portanto, que um grande número de cidadãos, que por sinal só aumentava, teria perdido a sede de viver, ou seja, não encontravam garantia da própria segurança, nem mesmo sua inserção concreta na sociedade.

Criando um sentimento de rancor pela própria vida, essas pessoas viram no suicídio um modo de se vingar não só da sociedade, como de si mesmo. (SOUZA, 2007)

Análises foram feitas a época para efetivar a compreensão do problema para então delimitar soluções. Percebeu-se por meio de averiguações que a maior parte das vítimas eram jovens que possuíam de 14 (quatorze) a 25 (vinte e cinco) anos de idade, de sexo masculino, pele negra, e residentes em locais de elevada vulnerabilidade social.

De acordo com o autor Silva Apud Guirardi e Manoslescu (2010), pode-se denotar que os grandes problemas sociais advêm de condições anteriores que até hoje emergem influências:

Pesquisas buscam verificar a relação entre os indicadores de desordem e crime nas grandes cidades. Aparentam, algumas dessas, para a importância de considerar a dimensão de desordem como causa dos elevados índices de criminalidade. Isto é, em regiões socialmente degradadas, existem os ingredientes necessários à ocorrência de crimes. As pesquisas, de outro lado têm mostrado que os níveis de desordem na vizinhança estão altamente relacionados a taxas de crimes, medo de crime e crença de que a criminalidade é um problema na vizinhança.

Há que se falar que a região Sudeste do Brasil era cenário da maior porcentagem desses homicídios ocorridos no país, abrangendo 60% do total.

A narrativa partia da ideia de que o exercício da criminalidade colocava obstáculos a serem ultrapassados, devendo os Estados por meio de seus governos constituir políticas de segurança pública, porém, que não delimitasse suas abrangências através de limites dados pela geografia, sejam eles em municípios ou estados, levando-se em consideração que inúmeros elementos que eram determinantes para a efetivação de crimes poderiam ser alterados constantemente de acordo com as novidades trazidas pelo tempo. (SOUZA, 2007).

Partindo desse ponto de vista, a SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública, na criação de políticas de segurança de toda uma população, focou nas regiões metropolitanas para a elaboração de ações que buscariam uma redução da criminalidade.

De acordo com Guirardi e Manolescu (2010):

Um estudo que analisou as 26 Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras, especificando a análise para onze dessas regiões: Recife, Maceió, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, Baixada Santista, Campinas, São Paulo, Porto Alegre e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (Ride-DF). A seleção baseou-se em três critérios: maior participação percentual no total do número de vítimas de homicídios registradas pelo Ministério da Saúde, entre 1998 e 2002; taxas de vítimas de homicídios registradas por 100 mil habitantes com valores mais significativos em 2002 e crescimentos percentuais das taxas de vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes cujos valores mostraram-se significativos. (p. 2)

Nessa perspectiva, restou claro para o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) que o Brasil concentrava a grande maioria das vítimas da criminalidade e da violência em lugares onde vulnerabilidade social estava em destaque, bem como onde os propulsores da segurança pública mesmo que buscando um maior acesso, muitas vezes não o efetivavam, como em favelas que acumulavam o mal-estar social e uma qualidade de vida deprimente.

Desde anos, esses lugares já são apontados como grandes receptores de droga, a realidade contemporânea, se analisada, é mais um reflexo de situações complexas que se formaram lá atrás. Logo, para Johnson Apud Guirardi e Manolescu (2010) “para muitos jovens desses aglomerados urbanos das periferias das grandes cidades é fatal a entrada no tráfico de drogas”. Ainda consoante o autor “estudo feito pelo CRISP aponta, também, que diversas formas de associação entre crimes predatórios e drogas têm sido estudadas na literatura”.

Essa prática de crimes e violência advinha de tempos passados, onde o senso de controle era ainda maior que o atual, ocorre que em termos de proporcionalidade aumenta-se a criminalidade, aumentando sequencialmente a necessidade de políticas de segurança pública que defendam os cidadãos que respeitam o ordenamento jurídico brasileiro e se colocam a frente para fazer acontecer um desenvolvimento quanto as sanções para todos aqueles indivíduos que cometem crimes e agem de forma contrária ao que é delimitado pelas leis. (SOUZA, 2007)

Embora seja fato que muitos advogados aproveitam-se de brechas da lei para em meio de sua prática oferecer a liberdade a criminosos, é preciso entender que o país depende de mudanças para o seu crescimento. Essas mudanças, não devem partir apenas de um cidadão, pois a polícia tem feito sua parte, o Estado delimitado meios para progressão da segurança pública e infelizmente indivíduos imersos na própria sociedade lutam contra a garantia da segurança pública e da melhoria na qualidade de vida.

Nestes termos, a Constituição Federal dispõe em seu artigo 144:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
I - polícia federal;
II - polícia rodoviária federal;
III - polícia ferroviária federal;
IV - polícias civis;
V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

O ano de 2017 foi marcado logo em seu primeiro dia, por um estrago em um presídio de Manaus, no qual 56 (cinquenta seis) detentos morreram. O que não era esperado, é que esta situação daria início a violências inúmeras que deixaria os cidadãos “de bem” com medo e inseguros. Aquele momento era sem dúvidas, absurdo tendo em vista que criminosos tomavam conta do país aos poucos, deixando aqueles que levavam uma vida correta, se tornar reféns, quando na verdade, eram os criminosos quem deveriam ter sua liberdade restrita. (LIMA, 2017)

A sensação de impotência criava situações de desconforto quando os cidadãos se sentiam mais “presos” que os próprios detentos. Busca-se de fato, diminuir a criminalidade com meios de repressão a mesma, apesar que, muitas políticas e a falta de estruturação tem gerado pensamentos criminosos, tendo em

vista a facilidade que muitos réus encontram para alcançar novamente a própria liberdade. (LIMA, 2017)

É complexo lutar contra a criminalidade e a violência quando as punições auxiliam criminosos, e deixam que cidadãos que vão de acordo com os padrões estabelecidos pela lei não alcancem a evolução de fatores sociais, como a economia e integralização social.

Para Araujo Junior e Fajnzylber (2001):

O ambiente econômico é parcialmente culpado pela criminalidade observada no Brasil no período entre 1981 e 1996 e que, em alguma medida, o efeito das variáveis econômicas é diferenciado dependendo da faixa etária considerada.

É inusitada a percepção de que a economia hoje passa por uma crise e que nesse contexto, a criminalidade tem aumentado desde os anos de 2000, quando o autor ressaltou esse vínculo de fatores. Logo, o Brasil passa por um estado em que a segurança pública pede por novos recursos, visto que a criação de políticas de segurança pública, a preparação de homens para efetivar estas políticas não tem sido suficiente para o extermínio da criminalidade e da violência no país.

2.2 Evolução da Violência no Brasil

No momento atual brasileiro se lida com a violência como se esta fosse um dado normal das relações sociais, sendo que na realidade a mesma é um assunto que gera divisões, pois acentua as desigualdades sociais.

A sociedade brasileira tem uma história de violência, embora não se possa pensar no tema como um ponto singular brasileiro.

Até o ano de 1950, o Brasil era um país predominantemente rural. Já no ano de 1970, o Brasil havia se tornado mais urbanizado, visto que a maioria da população da época vivia nas cidades pequenas e dispersas no território. Em 2014, 86% dos brasileiros já viviam na cidade.

Entre os anos de 1950 e 1970 o Brasil teve como presidente dois grandes nomes que influenciavam a atividade industrial, Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas. As indústrias então criadas produziram máquinas que eram vendidas para serem utilizadas no meio rural, o que fez com que pouco a pouco ocorresse a

chamada mecanização do campo, substituindo mão-de-obra por máquinas, gerando, portanto, desemprego. (NISSO, 2016)

Os indivíduos moradores do meio rural necessitavam então de possuir terras para que continuassem a viver no campo, essa situação gerou uma grande concentração de terras que de toda forma não garantia a qualidade de vida, vivendo assim em péssimas condições, entendendo que as possibilidades de ofertas de emprego se concentravam nas cidades.

Com a mudança das pessoas do meio rural para o meio urbano, ocorreu o fenômeno do êxodo rural. Logo, as cidades cresciam de forma rápida e desordenada, criando uma situação de desigualdade onde os pobres eram jogados para a periferia que só aumentou até os dias atuais.

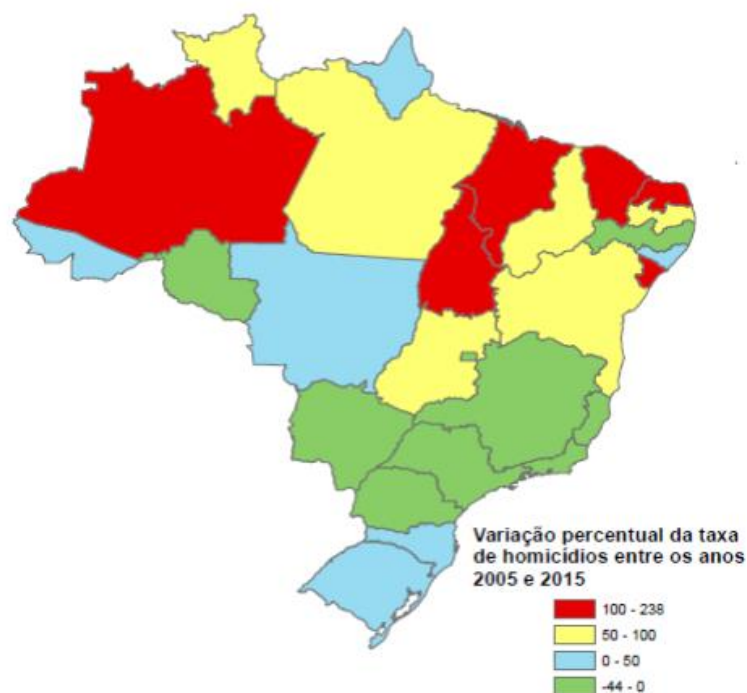
Dessa forma, muitos cidadãos se encontraram sem perspectiva de desenvolvimento, por isso a criminalidade e a violência acabaram por crescer de forma incontrolável, pois o Estado não conseguia resolver a situação. (NISSO, 2016).

2.3 Altos índices de violência no Brasil

De acordo com um estudo realizado pela IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, os Estados brasileiros têm variações de números quanto ao aumento da violência. O número de homicídios é maior nas Unidades Federativas do Nordeste e Norte. Nos anos entre 2005 a 2015, em análise, Pernambuco teve uma queda no número de homicídios, logo depois da implantação de um programa chamado Pacto pela Vida.

A figura abaixo mostra a variação do número de homicídios ocorridos no Brasil no decorrer de 10 (dez) anos, comprovando que em estados como o Amazonas e o Tocantins, por exemplo, essa variação é maior tendo uma elevação de mais de 100% (cem por cento) nesse tipo de crime.

Figura 1 – Variação nas taxas de homicídios por Unidade da Federação – Brasil, 2005 a 2015



Fonte: Fonte: Atlas da Violência, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Nos dias atuais não há como negar a violência existente nas cidades, mesmo em cidades pequenas, pois infelizmente não se tem mais conseguido fugir a essa realidade. Diferentes estão sendo alvos de ataques de violência, ou atos criminosos, inclusive os pequenos municípios têm tido ainda mais problemas com a segurança devido a sua “natural” tranquilidade, pois de certo modo se percebeu que o cuidado com a segurança em cidades com menos habitantes é menor, criando expectativas em cima roubos a bancos, estouros a caixas eletrônicos, buscando reservas que antes eram esquecidas.

De acordo com o mapa da violência em 1980, o Brasil deteve de 13.910 (treze mil, novecentos e dez) assassinatos, em 2010 o número alcançado foi de 49.932 (quarenta e nove mil, novecentos e trinta e dois) assassinatos, restando claro que esse número aumentou significativamente, colocando o Brasil a frente de países que são considerados países de guerra, como o Afeganistão e o Iraque.

Nestes termos, de 1980 a 2010 houve aumento de 259% na taxa de homicídios do Brasil, o que dá uma média anual de 4,4%. Em análise geral, esses números colocam o Brasil em terceiro lugar na América do Sul em taxa de homicídios para 100.000 (cem mil) habitantes.

A ONU – Organização das Nações Unidas considera aceitável 10 (dez) homicídios a cada 100.000 (cem mil) habitantes, portanto, o Brasil está a mais do que o dobro do que é considerável. (NISSO, 2016)

Como em todo lugar, o Brasil também possui municípios que são destacados como possuidores de maior índice de violência. O Estado de Goiás passa pelo índice com a presença de quatro cidades:

Figura 2 – 30 (trinta) municípios mais violentos em 2015 com população superior a 100 mil habitantes

#	UF	Município	População	Número de Homicídio	Número de MVCI	Taxa de Homicídio	Taxa de MVCI	Taxa de Homicídio +MVCI
1	PA	Altamira	108.382	114	2	105,2	1,8	107,0
2	BA	Lauro de Freitas	191.436	177	10	92,5	5,2	97,7
3	SE	Nossa Senhora do Socorro	177.344	159	12	89,7	6,8	96,4
4	MA	São José de Ribamar	174.267	159	9	91,2	5,2	96,4
5	BA	Simões Filho	133.202	112	11	84,1	8,3	92,3
6	CE	Maracanaú	221.504	172	26	77,7	11,7	89,4
7	BA	Teixeira de Freitas	157.804	114	25	72,2	15,8	88,1
8	PR	Piraquara	104.481	83	8	79,4	7,7	87,1
9	BA	Porto Seguro	145.431	123	2	84,6	1,4	86,0
10	PE	Cabo de Santo Agostinho	200.546	147	24	73,3	12,0	85,3
11	PA	Marabá	262.085	201	15	76,7	5,7	82,4
12	RS	Alvorada	206.561	162	4	78,4	1,9	80,4
13	CE	Fortaleza	2.591.188	1729	295	66,7	11,4	78,1
14	BA	Barreiras	153.918	1	119	0,6	77,3	78,0
15	BA	Camaçari	286.919	207	16	72,1	5,6	77,7
16	PA	Marituba	122.916	94	0	76,5	0,0	76,5
17	PR	Almirante Tamandaré	112.870	72	14	63,8	12,4	76,2
18	BA	Alagoinhas	154.495	103	14	66,7	9,1	75,7
19	BA	Eunápolis	113.191	66	19	58,3	16,8	75,1
20	GO	Novo Gama	106.677	79	1	74,1	0,9	75,0
21	GO	Luziânia	194.039	143	2	73,7	1,0	74,7
22	PB	Santa Rita	134.940	100	0	74,1	0,0	74,1
23	MA	São Luís	1.073.893	758	36	70,6	3,4	73,9
24	GO	Senador Canedo	100.367	74	0	73,7	0,0	73,7
25	PA	Ananindeua	505.404	352	3	69,6	0,6	70,2
26	GO	Trindade	117.454	82	0	69,8	0,0	69,8
27	CE	Caucaia	353.932	209	38	59,1	10,7	69,8
28	PE	Igarassu	112.463	60	18	53,4	16,0	69,4
29	ES	Serra	485.376	315	21	64,9	4,3	69,2
30	BA	Feira de Santana	617.528	218	205	35,3	33,2	68,5

Fonte: Atlas da Violência, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

O Brasil tem passado ainda por uma crise política que gerou uma crise financeira imensurável, a cada dia mais a situação tem se tornado pior, e nessa perspectiva a tendência da criminalidade é aumentar, pois a vulnerabilidade dos cidadãos aumenta e poucos conseguem se manter frente a linha de economia. Logo, o número de pessoas que detém de alto poder aquisitivo é menor, sendo que a maioria dos cidadãos brasileiros tem passado por sérios problemas financeiros, crescendo a possibilidade de ocorrência de crimes.

O trabalho da polícia sempre fora essencial, porém nos últimos tempos a necessidade tem se tornado ainda maior, levando-se em consideração a quantidade

de crimes que tem ocorrido, bem como o medo da população que não sabe reagir a essas situações. (NISSO, 2016)

3 Resultados e Discussões

Diante dos posicionamentos doutrinários expostos no presente artigo, denotou-se que a criminalidade e a violência no país têm causas propulsoras específicas para a atual realidade. A partir do estudo apresentado percebeu-se que o Brasil tem sido cenário de um alto percentual de crimes, que variam desde roubos até assassinatos.

Com a análise feita, denotou-se que, a atual crise financeira brasileira emergida na verdade por uma desorganização na política, tem sido um dos principais fatores para o aumento da criminalidade e da violência no país. Restou claro que, devido à falta de emprego, e consequentemente a ausência de dinheiro para movimentar a economia do Brasil, alguns cidadãos optam por percorrer caminhos errados, infringindo o ordenamento jurídico disposto.

Cumprе ressaltar, que embora a crise econômica brasileira não justifique o cometimento de crimes, esta tem se mostrado um dos principais fatores contemporâneos para o aumento da criminalidade.

Em conformidade com o estudo realizado, foi ainda possível perceber que o trabalho da polícia é essencial para a redução da criminalidade. Levando-se em consideração que cada polícia exerce uma função específica, acredita-se cada vez mais na melhoria da qualidade de vida da sociedade, sendo garantida segurança, além de ser colocada em prática uma desmistificação da imagem da polícia como “má” ou até injusta.

A partir do estudo efetivado para estruturação do presente artigo, notou-se que o entendimento aprofundado a respeito das causas da criminalidade e da violência existentes no país, é considerado ponta-pé para ocorrer mudanças na conjuntura atual de crimes. Isso, pois, para que sejam criadas e colocadas em prática estratégias, principalmente pela Polícia Militar, que é quem faz apreensões e acompanhamentos de réus até presídios para estabelecimento de processos, é necessário primeiramente perceber os problemas a serem exterminados.

Logo, foi possível também compreender através de dados, que, a Polícia tem concretizado suas funções de modo ágil e progressivo, tendo em vista as técnicas utilizadas para apreensão de criminosos, interpretando dados e fatores que possam de alguma forma influenciar no aumento da criminalidade.

A valorização de uma prática profissional voltada para os princípios constitucionais com respeito a direitos e garantias fundamentais, bem como a identificação de agentes de segurança pública como aspecto de controle social são atitudes que devem receber fortalecimento para que sejam efetivadas mudanças nos índices de criminalidade e violência do país.

Há ainda que se considerar que, a falta de oportunidade e a desigualdade social são também causas de aumento de criminalidade, tendo em vista que parte pequena da população tem melhores condições financeiras, o que acarreta detrimento de um outro lado, que também é maioria e não possui condições financeiras favoráveis a garantia de uma vida digna e com padrões de qualidade no mínimo razoáveis.

Em conclusão, verificou-se que o Estado necessita de novas interpretações e planejamentos para garantir direitos fundamentais da população, que tem sofrido com criminalidade descontrolada.

4 Considerações Finais

Diante das informações que foram apresentadas no presente artigo, percebeu-se que o número de crimes no Brasil tem crescido, e juntamente com isso, cresce também o número de presidiários, evidenciando superlotação em presídios de todo o país.

Denotou-se que, a polícia na posição de garantir a proteção da população tem se colocado a frente dos fatores que aumentam a criminalidade em todo o país. Como delimita inclusive a Constituição Federal, cada polícia, em sua peculiaridade exerce função indispensável para o combate ao crime e a violência.

Como fora observado o Brasil passa por uma grande crise financeira que não corrobora quando o assunto é a redução da criminalidade e da violência. Isso, pois a parte mais carente da população passa cada vez mais dificuldades, evidenciando em muitos jovens que não tem boa estrutura familiar, a iniciar uma

vida de crimes, desrespeitando o disposto pela legislação brasileira, e trazendo complicações para a própria vida.

Evidenciou-se ainda, que existem Estados brasileiros nos quais o número da criminalidade e da violência são mais presentes, o que prejudica o desenvolvimento não só do Estado específico, como também de todo um país. Logo, procura-se utilizar de políticas de segurança públicas para garantir a proteção da sociedade que muitas vezes é vítima do próprio cidadão.

Conclui-se, portanto, que algumas colaborações podem ser realizadas por toda população para objetivar a redução de crimes no país.

Referências

ARAUJO JR, Ary; FAJNZYLBBER, Pablo. **Violência e Criminalidade: Microeconomia e Sociedade no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Contra Capa/FGV, v.1. 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

GUIRARDI e Manolescu. Elisa R., Friedhilde M. K.. Artigo. **Criminalidade e Violência no Brasil**. Universidade do Vale do Paraíba, Brasil/Instituto de Pesquisa & Desenvolvimento, 2010.

LIMA, R.S. **Valorização da produção e do uso de informações e estatísticas sobre segurança pública e justiça criminal no Brasil**. Consultor Jurídico, 2017. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/>>. Data de visita: 25/01/2018 às 10:14 horas.

NISSO, Melina Ingrid. **Prevenção da violência: construção de um novo sentido para a participação dos municípios na segurança pública**. Acesso em < <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/691/233>>. Data de visita: 31/01/2018 às 16:23 horas.

NUENO, CERQUEIRA, HANASHIRO, LIMA, LIMA, MACHADO, VALENCIA. Samira, Daniel, Olaya, Adriana dos Santos, Renato Sergio de, Pedro Henrique, Luís Ivan. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro, 2017. Acesso em < [file:///C:/Users/Alice/Downloads/8623-170602atlasdaviolencia2017%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Alice/Downloads/8623-170602atlasdaviolencia2017%20(1).pdf)>. Data de visita: 31/01/2018 às 16:36 horas.

SOUZA, R. S. R. **Administração Pública e especialista em estudos de criminalidade e segurança pública**. Artigo. Coordenação de Comunicação e Informação do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da UFMG, 2007.